



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOP-SEPEH)



Joaquim Antônio de Vizeu Penalva Santos

Nasceu em 24 de agosto de 1924, no bairro da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro. Teve por pais Joaquim Antônio Penalva Santos e Maria de Lourdes Vizeu Penalva Santos.

Bacharelou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Em reconhecimento aos serviços prestados entre 1943 e 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, como oficial da Aeronáutica, foi agraciado com a Medalha da Campanha do Atlântico Sul e a Cruz da Aviação Fita B.

No início de sua carreira na administração pública civil, trabalhou como assistente técnico da propriedade industrial e examinador de patentes no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por aproximadamente onze anos. Atuou também como promotor público da Seção Judiciária do então Território do Amapá e promotor da Auditoria da 9ª Região Militar.



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOP-SEPEH)

Ingressou na magistratura do Estado da Guanabara em 1960, quando foi nomeado para o cargo de juiz substituto. Ascendendo a juiz do Tribunal de Alçada da referida unidade federativa, foi empossado em 28 de junho de 1973.

Em decorrência da fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara em 1975, que resultou na criação do atual Estado do Rio de Janeiro, Penalva Santos passou a integrar o 1º Tribunal de Alçada, vindo a ser eleito vice-presidente para o ano de 1977.

Promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, entrou em exercício no dia 30 de agosto de 1982. Veio a se tornar 2º vice-presidente deste tribunal em fevereiro de 1992, na vaga decorrente da ascensão do antigo titular, desembargador João Francisco, a 1º vice-presidente.

Jurista de renome, são de sua autoria as seguintes obras: “Títulos de crédito e o Código Civil”; “Obrigações e contratos na falência”; “Novos estudos de direito comercial”; “Os contratos mercantis à luz do Código Civil”; “Novos aspectos do mercado de capitais e outros trabalhos de direito”; “A lei de falência e o novo Código de Processo Civil”; e “A aplicação da correção monetária como pena no processo civil”.

Dedicou-se também ao magistério, lecionando na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). O importante trabalho desenvolvido nesta instituição de ensino foi reconhecido pelo Judiciário fluminense, que o homenageou com a atribuição do nome de Desembargador Joaquim Antônio de Vizeu Penalva Santos ao auditório da EMERJ situado no 2º pavimento do prédio histórico que a abriga, na Rua Dom Manuel nº 25, Centro.

Faleceu no dia 23 de junho de 2008.



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOM-SEPEH)

Fontes consultadas

Histórico Funcional de Magistrados – Nascimento/Naturalidade. Cópia impressa. Página 10. Acervo do Serviço de Pesquisas Históricas do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (DGCOM-SEPEH).

JUNQUEIRA, Eduardo da Cunha. *Tribunal de Alçada Cível do Estado do Rio de Janeiro: três décadas de história*. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Alçada Cível: CEDES, 1994, p. 101.

Lista de Antiquidade dos Desembargadores até 31 de dezembro de 1984. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1985, Parte III, Poder Judiciário, p. 7.

Lista de magistrados falecidos (2000-2010). Banco de dados do TJERJ. Cópia impressa. Acervo do Serviço de Pesquisas Históricas do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (DGCOM-SEPEH).

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. 2ª Vice-Presidência. *Termo de audiência pública de distribuição de processos, realizada em 3 de fevereiro de 1992*. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1992, Parte III, Poder Judiciário, p. 2.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. Museu da Justiça. Serviço de Acervo Textual e Audiovisual (DGCOM-SEATA). *Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Poder Judiciário, em 18 de abril de 2000*.